



## **A CONSTRUÇÃO SOCIAL DO “RISCO AMBIENTAL” EM TERRITÓRIOS DE CLASSES POPULARES EM SÃO JOÃO DEL-REI-MG: contaminação de solo e lençóis freáticos por esgoto e desabamento de rua (encosta).**

**Lucas Henrique Pinto<sup>1</sup>, Eder Jurandir Carneiro<sup>2</sup>**

**Resumo:** A presente pesquisa procura descrever e analisar o processo de construção social de situações de “risco ambiental” urbano em comunidades carentes de São João del-Rei – MG, especificamente em casos de bairros afetados por contaminação de lençóis freáticos por esgoto e casas que se situam à margem de encostas em vias de desmoronamento. O enfoque teórico-metodológico da pesquisa procura contrapor e evidenciar os distintos discursos e percepções (sobre a definição de uma situação de “risco ambiental”, suas causas e efeitos), elaborados pelos “gestores” estatais dessa situação (defesa civil, bombeiros, secretarias etc.) e populações afetadas. Para tanto, realizamos levantamento em fontes documentais (arquivos de órgãos públicos municipais ligados à gestão do “risco ambiental”, jornais locais etc.); observações em bairros de populações de baixa renda; levantamento e análise de documentos, relatórios e material de divulgação produzidos pelos órgãos municipais envolvidos na gestão do “risco ambiental” na cidade; elaboração, aplicação, digitação em banco de dados e análise de *survey* aplicado em famílias atingidas; realização, transcrição e análise de entrevistas semi-estruturadas com moradores das áreas de “risco” e gestores públicos. A comunicação apresenta os resultados parciais do trabalho de pesquisa ainda em andamento.

**Palavras-chave:** risco ambiental; comunidade; gestão; contaminação

### **INTRODUÇÃO**

A preocupação com a questão do “risco ambiental” em São João del-Rei emergiu dos resultados até aqui obtidos com as pesquisas realizadas na cidade, que indicam, reiteradamente, a operação de mecanismos produtores de fortes desigualdades ambientais que, sistematicamente, colocam as camadas de baixa renda na condição de ter que habitar territórios marcados pela degradação ambiental e pela carência de serviços e equipamentos básicos de infra-estrutura urbana. Examinando em profundidade os processos de construção de oito desses territórios, deparamo-nos com diversas situações geralmente consideradas, pelo poder público, como situações de “risco ambiental”, tais como habitações que se encontravam ameaçadas de desabamento pelo avanço de deslizamento de encosta, por inundações de cursos d’água, por solos contaminados pela presença de esgotos a céu aberto etc.

---

<sup>1</sup> Aluno de graduação no curso de Filosofia do departamento das filosofias e métodos (DFIME) da Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ) e pesquisador do Núcleo de investigações em Justiça ambiental (NINJA/CNPq) do Departamento de Ciências Sociais (DECIS/UFSJ) e do Programa Institucional de Iniciação Científica (PIIC/UFSJ).

<sup>2</sup> Professor do Departamento de Ciências Sociais (DECIS/UFSJ).

A construção social desta questão tem, todavia, discursos distintos quando não muito antagônicos sobre um mesmo fato empírico. De um lado, agentes e técnicos do poder público - tais como funcionários da Defesa Civil, do Corpo de Bombeiros, das Secretarias Municipais de Saúde e do Meio Ambiente etc. assumem uma visão técnica, lançando mão de determinados “indicadores” (por exemplo, a composição físico-química dos solos, o grau de declividade dos terrenos etc.), para classificar uma situação como de “risco” e calcular as probabilidades de que certos eventos indesejáveis venham a ocorrer (deslizamentos, desmoronamentos, inundações, surtos de doenças relacionadas à precariedade das condições de saneamento).

A partir desse diagnóstico técnico, os representantes do poder público geralmente aconselham determinadas medidas de prevenção, reparação e mitigação, que, não raro, incluem a indicação de abandono temporário ou definitivo da área. De maneira geral, os funcionários do poder público tendem a creditar as situações de “risco ambiental” a uma conjugação entre a ação de fenômenos naturais (as chuvas fortes e/ou duradouras, a força da gravidade) e a desinformação e ignorância dos moradores. Assim, a ação do poder público se restringe, quase sempre, a promover campanhas de “educação” e “esclarecimento” dos atingidos, por meio de orientações sobre hábitos e cuidados de higiene, instruções sobre locais e formas de construção segura de moradias etc. Além disso, o poder público implementa algumas ações de mitigação dos danos, nos momentos mais críticos.

A implementação dessas ações e concepções exerce um poderoso efeito de naturalização e normalização das situações de “risco ambiental”, elidindo a visualização e o enfrentamento dos mecanismos sócio-econômicos e políticos responsáveis pela construção social dessas situações.

De outro lado, os moradores atingidos consideram o “risco ambiental” a partir de uma perspectiva distinta, específica. Eles avaliam e manejam o “risco ambiental” de acordo com um conhecimento prático, que se constitui ao longo da convivência com a situação. Desenvolvem saberes, “teorias” e percepções a respeito dos fenômenos que os atingem e sobre as probabilidades de que algo de trágico aconteça efetivamente. Além disso, avaliam essas probabilidades e os possíveis prejuízos em relação a um conjunto maior de outros “riscos” a que se vêem sujeitos.<sup>3</sup>

Por conseguinte, a chamada questão do “risco” pode ter percepções bem distintas, por parte de quem é afetado e por parte de seus possíveis gestores. Nosso objetivo, portanto, é o de estudar, através do mapeamento de casos em São João del-Rei, como os diferentes atores envolvidos formulam suas representações do risco, problematizando assim o caráter supostamente consensual que o senso-comum atribui ao conceito.

A equipe do projeto constitui-se do professor orientador e dois alunos pesquisadores. Logo, cada aluno analisa tipos diferentes de situações de “risco ambiental”.

## **MATERIAL E MÉTODOS**

Para atingir os objetivos heurísticos propostos, utilizamos os seguintes procedimentos e recursos metodológicos:

---

<sup>3</sup> Tais como; abandono de uma moradia que foi construída, ao longo de muitos anos, por meio de enormes sacrifícios; a perda dos benefícios materiais e afetivos decorrentes do fato de morar próximo a amigos de muitos anos e parentes; o aumento dos gastos decorrentes de um provável aluguel (e o medo de não conseguir pagá-lo e se ver na situação humilhante de ser posto na rua com a família); a diminuição das chances de obtenção de trabalho remunerado etc..

- 1) levantamento e discussão de bibliografia sobre “riscos ambientais” urbanos, para refinamento do quadro conceitual a ser utilizado nas análises;
- 2) levantamento em fontes documentais (arquivos de órgãos públicos municipais ligados à gestão do “risco ambiental”, jornais locais etc.) e observações em bairros de populações de baixa renda, para identificar duas de cada uma das seguintes situações de “risco ambiental”: a) áreas sujeitas a inundações; b) áreas afetadas por erosões/voçorocas; c) áreas sujeitas a desmoronamento de encostas; d) áreas sujeitas a contaminação de solos e lençóis freáticos por esgotos;
- 3) levantamento e análise de documentos, relatórios, material de divulgação e informação etc. produzidos pelos órgãos municipais envolvidos na gestão do “risco ambiental” em São João del-Rei, buscando evidenciar suas percepções sobre as situações de “risco” e sobre as populações nelas implicadas;
- 4) pesquisa em fontes documentais (dados do IBGE, relatórios e arquivos da Prefeitura e da Câmara de Vereadores etc.) e bibliográficas, para a análise da dinâmica da urbanização de São João del-Rei a partir de meados do século passado<sup>4</sup>;
- 5) elaboração, aplicação, digitação em banco de dados e análise de *survey* a ser aplicado em famílias atingidas pelas situações de “risco ambiental”, para caracterização da situação socioambiental das populações envolvidas e para reconstrução do processo de ocupação habitacional dos territórios em questão (estima-se, pela experiência de pesquisa anterior, que se possam aplicar, em dois meses, cerca de 190 questionários, que serão distribuídos, pelos distintos territórios afetados, na proporção de suas respectivas populações, de modo a configurar uma amostra o mais representativa possível do universo pesquisado);
- 6) realização, transcrição e análise de entrevistas semi-estruturadas com moradores das áreas de “risco”, escolhidos, por meio da análise dos dados do *survey*, segundo critérios de localização em relação à fonte do “risco”, sexo, idade e tempo de moradia no local (estima-se a realização de cerca de 10 horas de entrevistas). As informações assim coletadas servirão para: a) a análise das percepções e avaliações dos moradores sobre a situação de “risco” e sobre as concepções e ações dos agentes de órgãos públicos municipais implicados na gestão do “risco ambiental”; b) a identificação, nas trajetórias de moradias, dos mecanismos que engendram a desigualdade socioambiental; c) a análise das práticas de manejo e/ou enfrentamento da situação de “risco” encetadas pelos moradores;
- 7) realização, transcrição e análise de entrevistas semi-estruturadas com agentes de diferentes órgãos públicos envolvidos na gestão do “risco ambiental” na cidade (estima-se a realização de cerca de 8 horas de entrevistas). As informações assim coletadas servirão à análise das percepções e avaliações dos agentes de diferentes órgãos públicos sobre a situação de “risco”, sobre suas práticas de gestão do “risco ambiental” e sobre as práticas e percepções dos moradores atingidos;

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

O projeto teve seu início em abril de 2007. Sua conclusão está prevista para fevereiro de 2008. Sendo assim, estamos em fase de busca e análise de dados, porém alguns resultados já se evidenciam, a partir de nosso enfoque teórico.

---

<sup>4</sup> As pesquisas até aqui realizadas atestam que a formação de territórios urbanos de classes populares em São João del-Rei se intensifica a partir da década de 1960.

As condições sócio-econômicas de duas comunidades levantadas por nós, na aplicação do *survey*, foram bem taxativas ao comprovarem a relação pobreza/situação de risco, considerando-se desde as condições dos imóveis<sup>5</sup>, forma de ocupação, renda *per capita* das famílias etc. Constata-se, assim, efetivamente o perfil econômico dos moradores dos bairros e das classes que sofrem de forma geral este tipo de condição sócio-ambiental. Os dados mostram que a proporção de “pobres” (segundo a definição do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada do Ministério do Planejamento, ou seja, famílias com renda *per capita* de até meio salário mínimo) é de 75% nas Águas Gerais e 68,6% nas Gameleiras (ver o Quadro 1, a seguir). O percentual de famílias situadas abaixo da linha de miséria (renda familiar *per capita* abaixo de um quarto do salário mínimo) das Águas Gerais é quase o dobro do que se verifica nas Gameleiras (46,4% contra 24,3%). Portanto, quase metade dos moradores das Águas gerais tem condições de vida de tamanha precariedade que se situam em condições análogas às enfrentadas pelas populações mais pobres do planeta, descritos pelos dados fornecidos pela ONU em seus relatórios anuais sobre a pobreza no mundo.

A média de moradores por domicílio fica em 3,7 para as Águas Gerais e 3,4% para as Gameleiras. Trata-se de números bastante próximos aos de outros territórios e camadas de baixa renda da cidade, tais como o da vila Brasil/Novo Bonfim (3,06), São Dimas/Cidade Nova (3,64), vila Nossa Senhora de Fátima (3,53) e conjunto habitacional IAPI/JK (3,62). É o que se vê no Quadro 2, a seguir.

**QUADRO 1- RENDA FAMILIAR PER CAPITA, POR BAIRRO**

RENDA FAMILIAR PER CAPITA (SALÁRIOS MÍNIMOS)	B A I R R O	
	ÁGUAS GERAIS (%)	GAMELEIRAS (%)
ATÉ 0,25	46,4	24,3
DE 0,26 A 0,5	28,6	44,3
DE 0,51 A 1,0	19,0	24,3
DE 1,0 A 2,0	6,0	7,1

Fonte: *survey* domiciliar 2006 - Programa de Extensão “Cidadania e justiça ambiental: ações de mobilização comunitária em São João del-Rei (MG)” – UFSJ/PROEX.

**QUADRO 2 - RAZÃO MORADORES/CÔMODO, POR BAIRRO.**

RAZÃO MORADORES / CÔMODO	BAIRRO	
	ÁGUAS GERAIS (%)	GAMELEIRAS (%)
ATÉ 0,8 (RAZOÁVEL)	61,6	76,1
DE 0,81 A 1,2 (LOTADA)	24,4	16,9
ACIMA DE 1,2	14,4	7,0

<sup>5</sup>Nas Águas Gerais, cerca de 42% das casas não tem qualquer revestimento externo e, nas Gameleiras, cerca de 10%. Cf. *survey* domiciliar 2006 - Programa de Extensão “Cidadania e justiça ambiental: ações de mobilização comunitária em São João del-Rei (MG)” – UFSJ/PROEX.

## CONCLUSÃO

No atual estágio da pesquisa duas conclusões se impuseram. Primeira, a de que tais situações resultam da operação de mecanismos objetivos produtores de desigualdades ambientais urbanas. As populações de baixa renda são compelidas, pelo mercado imobiliário e pela especulação fundiária, a habitar os terrenos mais baratos, precisamente os mais expostos aos “riscos”, às degradações ambientais e à carência de infra-estrutura urbana. Além disso, por mediações complexas, a operação de tais mecanismos e as ações e omissões do poder público se reforçam mutuamente, num processo de circularidade funcional que “aprisiona” as populações de baixa renda, que não dispõem de recursos para se mudarem para áreas ambientalmente mais saudáveis e seguras.

A segunda conclusão a que chegamos é a de que o caráter de “risco” da situação não resulta de uma “tomada de consciência” de um suposto significado unívoco e intrínseco a determinadas condições objetivas. Pelo contrário, os significados dessas condições estão permanentemente em jogo nas lutas simbólicas<sup>6</sup> travadas entre os diferentes atores envolvidos.

## REFERENCIAS

ACSELRAD, Henri (2002), “Justiça ambiental e construção social do risco”, in: *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, nº 5, p.49-60, jan./jun., Editora UFPR.

BOURDIEU, P. (1989), *O poder simbólico*, Lisboa: DIFEL.

*survey* domiciliar 2006 - Programa de Extensão “Cidadania e justiça ambiental: ações de mobilização comunitária em São João del-Rei (MG)” – UFSJ/PROEX.

---

6

□ Para uma exposição da conceito de “lutas simbólicas”, veja-se Bourdieu (1989).